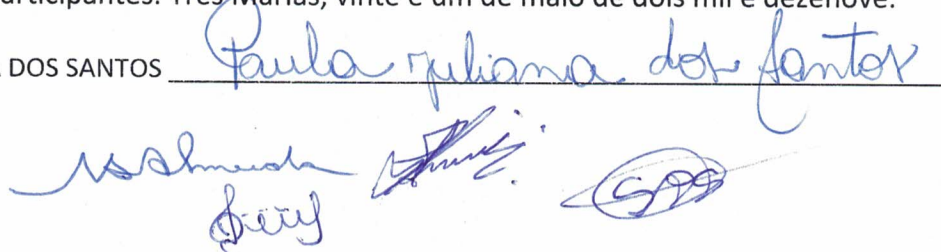


ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÊS MARIAS – IPREM

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às dezesseis horas, reuniram-se na sede do IPREM os membros de seu conselho administrativo: Paula Juliana dos Santos, Silvio Aparecido Sobrinho, Maísa Santos Almeida, Lucivaldo José de Almeida e a Superintendente do IPREM Joana Darc Silveira Macedo. Abro a reunião fazendo leitura das atas da primeira e segunda reunião do ano. Todos concordam e assinam as atas. A superintendente fala que o prefeito esteve no instituto para conversar a respeito dos débitos de julho de dois mil e dezoito a março de dois mil e dezenove incluindo também os valores previdenciários não repassados do décimo terceiro de dois e mil e dezoito, parte patronal, somando um valor de três milhões, duzentos e sete mil, quinhentos e treze reais e treze centavos. Que mostrou para o prefeito o cálculo das dívidas de parcelamento mostrando como exemplo o parcelamento de número 671 que, começou com uma prestação de sete mil, oitocentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos e que somados juros e IPCA está hoje em vinte e dois mil quinhentos e vinte e quatro reais e setenta e nove centavos. Que o valor total devido nesta data de parcelamentos a vencer é de onze milhões, setecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos. Que este valor todo o mês é acrescido de juros e IPCA. Que o valor total da dívida da prefeitura nesta data é de quatorze milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e um reais e treze centavos. O prefeito falou que pediu ao servidor Milton para fazer um estudo e propor um parcelamento. Os conselheiros se preocupam com esses valores e com a possibilidade de maior endividamento da prefeitura no futuro. A conselheira Maísa pergunta se não há uma maneira de “forçar” que os repasses sejam feitos nas datas previstas, sem atrasos. A superintendente explica que o valor do patronal não, mas que o valor previdenciário do segurado sim através de desconto direto no FPM- Fundo de Participação dos Municípios. A superintendente sugere que façamos uma reunião com o assessor Sergio para estudarmos a proposta e aprovarmos ou não o parcelamento e também a possibilidade de atrelar a parte do segurado ao FPM. Em seguida a superintendente nos apresenta o relatório da auditoria do controle interno de abril, analisamos e os conselheiros não veem clareza nas informações. Falta informações como por exemplo quais documentos foram analisados, faltam ações realizadas pelo controlador para sanar ou pelo menos justificar problemas encontrados além de clareza. O conselho pede então uma reunião com o controlador interno para que ele explique o relatório. A superintendente nos informa que está com duas funcionárias de férias e que acharia mais justo começar com o novo horário de funcionamento a partir do dia quinze de julho de dois mil e dezenove. Todos os conselheiros concordam em prorrogar o prazo. Informa também que a funcionária Anny Caroline pediu demissão e que, em substituição, contratou a servidora Elizama que já trabalhou no instituto e detém conhecimento em compensação previdenciária. Também nos comunica da necessidade de contratar uma recepcionista. Todos concordam com a contratação. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada e eu, Paula Juliana dos Santos, lavrei a presente ata que após lida, será assinada por mim, pelo presidente e por todos os participantes. Três Marias, vinte e um de maio de dois mil e dezenove.

PAULA JULIANA DOS SANTOS



SILVIO APARECIDO SOBRINHO

JOANA DARC SILVEIRA MACEDO

LUCIVALDO JOSÉ DE ALMEIDA

MAISA SANTOS ALMEIDA

